

Defesa do mandato-tampão

ANC 88

Valério Ayres

ANC

8/6/88, QUARTA-FEIRA • 3

cresce na Constituinte

Josemar Gonçalves

A dificuldade de os parlamentares assumirem em plenário posição favorável à prorrogação do mandato dos atuais prefeitos está fortalecendo a proposta de mandato-tampão, com eleição este ano e novo pleito em 1990, junto com a renovação da Câmara, parte do Senado, governos estaduais e assembleias legislativas. Ontem, os deputados Rosa Prata (PMDB-MG) e Gilson Machado (PFL-PE) encaminharam à presidência da Constituinte um pedido de fusão de suas emendas, que resultará em proposta de tampão de dois anos com direito a reeleição para um mandato de quatro anos.

O líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (RS), já avisou que não fará nenhum trabalho de mobilização contra a proposta do mandato-tampão, mas promete "luta sem trégua" contra a idéia de prorrogação dos mandatos dos atuais prefeitos, que já tiveram seus mandatos prorrogados para seis anos. Praticamente sozinho na defesa da prorrogação, pelo menos em termos de pregação pública, está o líder governista no Senado, Saldanha Derzi (MS), em companhia do senador amazonense Aureo Mello, também do PMDB. Vários parlamentares aceitam a tese de prorrogação, mas não a assumem publicamente, por considerá-la desgastante perante o eleitorado.

No Senado, ontem, Aureo Mello obstruiu a votação do projeto que regulamenta as eleições municipais deste ano, que no entanto deverá ser votado hoje. Aureo Mello pediu inversão de pauta, alegando que seria mais relevante, para o País, votar primeiro os 17 projetos sobre nomeação de embaixadores, que estão na pauta do Senado. Conseguiu ser derrotado em sua proposta por 36 votos a um, e hoje o único obstáculo que poderá impedir a votação da regulamentação do pleito é a falta de quorum, já que a fase de discussões está encerrada, segundo observou o relator José Fogaça (PMDB-RS).

"Imoral"

O líder peemedebista Ibsen Pinheiro considera que o mandato-tampão é ruim "mas não é imoral",



Aureo Mello defende publicamente a prorrogação dos mandatos

como seria a prorrogação do mandato dos atuais prefeitos. Embora a idéia de mandato-tampão surja como forma de fazer coincidir a próxima eleição de prefeitos com a de deputados federais, senadores, governadores e assembleias legislativas, e Ibsen seja a favor da descoincidência de pleitos, ele disse que "respeita a opinião" dos que são favoráveis à coincidência e por isso não fará nenhum trabalho de mobilização contra essa corrente, embora preserve sua "posição pessoal". O líder do PFL na Constituinte, deputado José Lourenço (BA), chegou a declarar ontem que "todo mundo" está a favor do mandato-tampão de dois anos, e o líder do PDS no Senado, Jarbas Passarinho (PA), também admite que "a idéia está crescendo", mas a possibilidade de aprovação ainda é incerta. Entre os que duvidam desta possibilidade está o senador José Fogaça, argumentando que a pressão de cerca de 4 mil candidatos às prefeituras, em todo o Brasil, contra o mandato-tampão, será muito mais eficaz do que a de alguns parlamentares que são favoráveis à emenda, por pretenderem que, pelo menos no pleito seguinte, as despesas com a campanha sejam divididas entre os vários níveis em disputa. (Gérson Menezes).

Prata diz que tem apoio do Presidente

O deputado Ulysses Guimarães, no exercício da presidência da República, disse ontem ao deputado Rosa Prata (PMDB-MG) que recomendará às lideranças um estudo da sua emenda, no sentido da adoção de um mandato-tampão por dois anos para prefeitos e vereadores, de modo a que haja coincidência em 1990 com as eleições para deputados, senadores e governadores.

Rosa Prata levou a Ulysses a sua proposta acentuando que o período de transição pelo qual o País passa, recomenda a eleição por dois anos com direito a reeleição. Segundo ele, a prorrogação do mandato dos atuais prefeitos não tem seu apoio, por considerar 6 anos muito tempo para se administrar um município, e "nem do presidente Ulysses, que já se manifestou contrário a isso".

O deputado não concorda com a colocação feita no dia anterior pelo senador Jarbas Passarinho, em audiência com Ulysses, de que o mandato-tampão poderia ser usado pelos prefeitos para colocar a máquina administrativa a seu favor na tentativa de reeleição.